



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001736-88.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia da SAOFC - ASSENGE

ASSUNTO: Dispensa de Licitação Tradicional – Contratação do serviço prestado por pessoa jurídica para a elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD

DESPACHO Nº 461 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Assessoria de Engenharia da SAOFC - ASSENGE, visando à contratação do serviço prestado por pessoa jurídica para a elaboração de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, com contorno iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1059041](#)).

A unidade demandante justifica a contratação na necessidade de apurar o nível de irregularidade ambiental em área ocupada pelo prédio do TRE e anexos em Porto Velho, cuja finalidade busca propor ações para minorar ou eliminar tais irregularidades, em conformidade com o Inquérito Civil 1.31.000.000918/2015-11 instaurado pelo Ministério Público Federal.

Para instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos:

- a) documento de formalização de demanda ([1059041](#));
- b) termo de referência ([1137343](#));
- c) cotação de preços e certidões negativas das seguintes

empresas:

I. AVISTAR ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA- ME, CNPJ 07.454.811/0001-01 ([1134564](#) e [1137826](#));

II. EPC - SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI, CNPJ 10.726.497/0001-83 ([1136079](#), [1137459](#), [1146039](#), [1146049](#) e [1148892](#));

d) informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1137342](#));

A empresa EPC - SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI apresentou a proposta no menor valor, de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), e, ainda, comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no item 12.1 do TR.

À vista disso, o Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 599/2024 ([1137829](#)), autorizou a adoção de dispensa tradicional para a presente contratação, remetendo o feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SAC, após análise formal, concluiu pela regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, os quais encontram-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso I, da Lei n. 14.133/2021 ([1146942](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 595/2024 da COFC ([1146124](#)), formalizou a programação orçamentária da despesa pretendida ([1146212](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC ([1148895](#)) opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, com fundamento no inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, do serviço especificado no objeto do TR, diretamente com a empresa PC - SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI, CNPJ 10.726.497/0001-83, que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1137459](#), [1137826](#), [1146039](#), [1146049](#) e [1148892](#)). Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da empresa por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso II, da Lei. n. 14.133/2021](#); pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 6 do TR; e pela publicação do ato autorizativo da contratação direta e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br ([1150616](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

No caso em tela, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) documento de formalização de demanda ([1059041](#)); b) termo de referência ([1137343](#)); c) informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1137342](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal dos documentos.

O caso em apreço não busca a realização de um certame de maior complexidade. Com efeito, trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor e por se tratar de serviços de engenharia. Para hipóteses como essa, a referida Lei assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
(...)

Em análise, denota-se que a unidade demandante utilizou a via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

A versão final da ICVEC foi juntada ao processo no evento n. [1137342](#) e demonstra que a cotação de preços foi expedida e recebeu duas respostas de empresas do ramo pertinente ao objeto, sagrando-se vencedora a empresa EPC - SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI, pelo valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). As certidões de regularidade foram juntadas ao processo ([1137459](#), [1137826](#), [1146039](#), [1146049](#) e [1148892](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por esse motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos), na forma do Decreto n. 11.871/2023.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. [1138991](#), no PSEI n. [0000170-70.2024.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra contratação no exercício corrente que pudesse fazer parte do somatório despendido para aferição correspondente à contratação do serviço pretendido.

Com relação ao termo de referência, verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade, consoante o item 28 do Parecer Jurídico n. 73/2024 ([1148895](#)).

Registra-se não constar do TR se haverá a substituição do contrato pela nota de empenho. Todavia, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos n. 1.234/2018 e n. 363/2003 - ambos do Plenário - e n. 7.125/2010 - 1ª Câmara, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) aprovo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ([1059041](#)) e o Termo de Referência n. 10/2024 - ASSENGE ([1137343](#)), bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento, uma vez que possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso XXIII e alíneas; art. 40, § 1º; e art. 150, todos da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 10, § 1º e art. 15, § 1º, da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1137342](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015; item 42 do Anexo da Portaria CNJ n. 25/2024; e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

c) autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação tradicional, com fulcro no art. 75, inciso I, da Lei n. 14.133/2021;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) adjudico o objeto à empresa EPC - SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOCIAIS, AMBIENTAIS E PRODUTIVAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 10.726.497/0001-83, e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) em seu favor;

e) determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 19/04/2024, às 18:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1151174** e o código CRC **A056676C**.